DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 937/2017

PROCESSO TC/MS	**:** TC/4817/2015
PROTOCOLO	**:** 1581982
ÓRGÃO	**: PREFEITURA DE CAARAPÓ-MS**
ORDENADOR DE DESPESAS	**: MARIO VALÉRIO**
CARGO DO ORDENADOR	**: PREFEITO MUNICIPAL**
ASSUNTO	**: CONVÊNIO N. 29/2013**
CONVENENTE	**: ASSOCIAÇÃO CAMPO-GRANDENSE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-ACPD**
OBJETO	**: REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO A SER UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE 50 (CINQUENTA) UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ-MS**
VALOR	**: R$ 50.000,00**
RELATOR	**: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO. REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Trata-se do exame da regularidade da prestação de contas do Convênio n. 29/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS, e a Associação Campo-Grandense da Pessoa com Deficiência-ACPD, nos termos do art. 35, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, constando como ordenador de despesas o Sr. Mario Valério, prefeito municipal, à época.

O objeto deste convênio é o repasse de recurso financeiro a ser utilizado na construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais no Município de Caarapó-MS, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com prazo de vigência de 23 de dezembro de 2013 a 23 de dezembro de 2014.

Na Análise ANA-4ICE-4101/2015, os técnicos da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) manifestaram-se pela legalidade do presente convênio.

O Ministério Público de Contas (MPC) exarou seu Parecer PAR-MPC - GAB.2 DR.JOAOMJ-10818/2015, pela regularidade da prestação de contas do convênio em apreço.

DA DECISÃO

Analisadas as peças que instruem os autos, verifica-se que se apresentaram a esta Corte de Contas tempestivamente e em consonância

com as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 4320/64, e na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, inclusive quanto à publicação.

Os recursos recebidos foram devidamente aplicados e comprovados, e desta forma, a prestação de contas do convênio em apreço merece receber a chancela deste Colendo Tribunal.

Assim, acolhendo a análise dos técnicos da 4ª ICE e o parecer ministerial, com fulcro nos artigos 4º, III, "a" e 10, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, **DECIDO**:

1. pela **regularidade** da prestação de contas do Convênio n. 29/2013, celebrado entre o Município de Caarapó-MS e a Associação Campo-Grandense da Pessoa com Deficiência-ACPD, constando como ordenador de despesas o Sr. Mario Valério, prefeito municipal, à época, nos termos do art. 59, I, da LCE n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, observado o disposto no art. 60 da mesma lei complementar;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande-MS, 22 de fevereiro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

llss